

educação

REFORMA AMPLIA A RESIDÊNCIA EM ONCOLOGIA CLÍNICA

Investindo no futuro da oncologia

A Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), órgão vinculado ao Ministério da Saúde, deu início ao processo de reforma na Residência Médica em Oncologia Clínica, que pretende aprimorar e fortalecer a especialização na área. A partir de 2008, o currículo do curso será incrementado em todas as instituições de ensino credenciadas pela Comissão, ampliando-se sua duração, de dois para três anos. A melhoria na formação e na capacitação de recursos humanos é uma das diretrizes da Política Nacional de Atenção Oncológica e deve repercutir em todos os centros de tratamento do câncer e instituições de ensino da área.

A proposta de reforma curricular foi apresentada pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), ainda no início de julho deste ano, à Comissão, que já a aprovou. Segundo o coordenador da CNRM no Rio de Janeiro, José Carlos de Sousa Lima, até o fim de agosto deverá ser publicada a nova resolução, formalizando a ampliação da Residência em Oncologia Clínica. “Esperamos que a publicação saia nos próximos dias, para que a medida já tenha efeito no início do próximo ano”, explica. No INCA, há a expectativa de publicar um novo edital já para o mês de setembro.

Segundo a coordenadora de Ensino e Divulgação Científica do INCA, Eliana Cláudia Ribeiro, a ampliação

Duda Vian



A residente Daniele Assad e o oncologista Carlos José defendem a ampliação.

do curso oferecerá aos residentes um treinamento que prioriza situações práticas cotidianas no tratamento de pacientes em Oncologia. O enfoque não é apenas o aprendizado teórico, mas também suas competência e experiência prática. “É fundamental saber como conduzir um caso clínico e se portar diante do próprio paciente ou de um familiar, especialmente quando lidamos com o câncer, que ainda enfrenta tanto preconceito e falta de

“Todos estavam de acordo que o programa precisava melhorar, e foi preciso muito estudo e discussão para atender a tantas idéias concordantes e discordantes”

CARLOS JOSÉ COELHO DE ANDRADE,
chefe do Serviço de Oncologia Clínica do Instituto

informação”, acrescenta Gelsio Luiz Quintela Mendes, coordenador da Residência Médica em Oncologia Clínica do Instituto.

Para definir a nova grade horária e curricular dos residentes, foram promovidas diversas reuniões com oncologistas indicados por cerca de 20 instituições públicas e privadas, formadoras de profissionais de saúde de todo o País. “A partir desses encontros, foi traçado um perfil do profissional a ser formado, levando-se em conta os critérios técnicos, as demandas de recursos humanos do Sistema Único de Saúde (SUS) e as diferenças regionais entre as diversas instituições”, explica Eliana Cláudia.

Também foram analisadas ferramentas a serem incrementadas no curso, como aulas teóricas, seminários, além da estrutura física e da aparelhagem necessária nos ambulatórios, nas clínicas e nas enfermarias. A partir do novo perfil de competência do oncologista clínico, as instituições formadoras do País, a Sociedade Brasileira de Cancerologia e a Sociedade de Oncologia Clínica construíram o novo programa de residência médica. Só então a proposta foi submetida à aprovação do Conselho Consultivo do INCA, o CONSINCA, e da Comissão Nacional de Residência Médica.

Segundo Carlos José Coelho de Andrade, chefe do Serviço de Oncologia Clínica do Instituto, as melhorias na especialização nessa área já se faziam necessárias há algum tempo. Ainda em 2006, ocorreram as primeiras tentativas de promover mudanças curriculares, e já havia um consenso de que o tempo de duração do curso precisava ser ampliado para três anos. “Todos estavam de acordo que o programa

precisava melhorar, e foi preciso muito estudo e discussão para atender a tantas idéias concordantes e discordantes”, afirma. Mas, acrescenta ele, de modo geral, o debate foi muito bem recebido em todas as instituições participantes desse processo.

O resultado final foi uma nova proposta de currículo voltada para ciclos semestrais de aprendizado. Em cada ciclo, os residentes deverão alcançar bom desempenho nas diferentes áreas de competência do perfil em Oncologia. Para Karina Oliveira Ferreira, residente formada pelo INCA, a segurança para atuar na área é o fator mais importante para justificar a ampliação. “Acho que dois anos era um tempo muito curto para o residente conquistar segurança e chegar a um nível ideal de experiência”, resume.

Outra residente do Instituto, Daniele Vagner Assad, concorda com a ampliação, mas questiona a falta de uma discussão mais aprofundada com os próprios residentes para definição da grade teórica e prática após a ampliação. “Dois anos é pouco para a preparação dos novos oncologistas, mas é preciso planejar o terceiro ano para que haja efetivamente melhor conteúdo teórico e prático. E quem é melhor que o próprio residente para identificar as falhas no currículo e as dificuldades no aprendizado?” questiona a aluna do segundo ano de residência.

A coordenadora dos residentes do Instituto do Câncer Dr. Arnaldo Vieira, em São Paulo, Brigitte Van Eyll, defende a ampliação que, segundo ela, já era oferecida na Instituição onde atua, na forma de curso opcional. “Mesmo não sendo obrigatório, a maioria dos nossos residentes buscava, nesse terceiro ano, o aperfeiçoamento e a segurança para enfrentar a rotina dura de nossa área”, explica. Na opinião da residente Samira Schettini, do mesmo instituto paulista, a reforma deve dar mais ênfase à humanização do profissional. “Mais importante que a ampliação é aprender a lidar com situações difíceis e rotineiras, como a morte. Por mais que o residente saiba o que vai encontrar, sempre é um choque”, diz.

O último ponto para a consolidação da reforma é a análise sobre o impacto financeiro. A coordenadora Eliana Cláudia informa que já foi encaminhado um parecer sobre os gastos ao Ministério da Saúde, para uma consulta ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e ao Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Para ela, esse processo deverá ser autorizado em pouco tempo. “O número de vagas para residentes já é bem distribuído entre as regiões do País e grande parte das bolsas, financiada por instituições filantrópicas. Por isso, não haverá impacto financeiro significativo para os cofres públicos”, garante. ■